

Direito Desportivo

A pós-graduação em Direito Desportivo da PUCPR foi idealizada para incentivar futuros especialistas em Direito Desportivo em face das inúmeras demandas que surgem no meio do esporte, tanto oriundos das instituições quanto vindos dos esportistas.

Serão abordados temas como aspectos históricos do Direito Desportivo, a estrutura da justiça desportiva, seus atores, a complexidade das organizações esportivas, as relações trabalhistas dos contratos esportivos, passando pelas relações humanas em discussão atualmente que permeia o mundo jurídico eletrônico dos e-Sports.

O curso também abordará questões relacionadas à solução de conflitos trabalhistas na área desportiva, com exemplos de casos práticos, sendo a aula ministrada pelo professor Maurício Corrêa da Veiga, diretamente de Portugal.

O que faz um advogado de Direito Desportivo?

O esporte é um negócio que gera bilhões em receita todos os anos, tanto no Brasil quanto no mundo, e não estamos falando somente no futebol. Este curso de Direito Desportivo foi feito para complementar e habilitar profissionais que desejam entrar ou aprimorar seus conhecimentos na indústria esportiva.

Organizações como clubes, federações, confederações, empresas patrocinadoras, agências de marketing, gestoras de estádios e arenas, mídia esportiva, secretarias de governo e escritórios de direito desportivo precisam de profissionais com conhecimento especializado para oferecer produtos e serviços de excelência para este mercado esportivo.

A especialização em Direito Desportivo oferece o conhecimento técnico e prático necessário para que o advogado seja o mediador de contratos desportivos, sendo responsável por verificar e analisar as cláusulas contratuais e acompanhar todos os trâmites do processo. Com abordagem dinâmica e atual, espera-se contribuir para a construção de uma carreira sólida e de sucesso nos ramos estudados.

Público-Alvo O curso destina-se a profissionais graduados que atuem ou queiram atuar no mercado esportivo, tais como: advogados, bacharéis de direito, professores de direito e profissionais que queiram atuar nesta área.

Campus:

Curitiba

Periodicidade:

Semanal

Modalidade:

EAD

Mensalidade:

R\$ 581.90

Formato:

Aula Online ao Vivo

Inscrição:

[Clique aqui](#)

Duração:

14 meses

Disciplinas

Aspectos jurídicos contratuais de eventos esportivos

1. Financiamento Privado no Desporto; 2. Contrato de Patrocínio Esportivo; 3. Contrato de Publicidade Esportiva; 4. Classificação e Cláusulas Típicas do Contrato de Patrocínio; 5. Formas de ativação publicitária; 6. Financiamento Público no Desporto; 7. Contrato de Patrocínio Esportivo de Empresas Estatais; 8. Controle Externo do Tribunal de Contas da União; 9. Aspectos jurídicos da organização de evento esportivo; 10. Proteção jurídica ao patrocínio oficial de evento esportivo; 11. Aspectos jurídicos e precedentes do Ambush Marketing em eventos esportivos; 12. Casos práticos.

Organização das entidades esportivas no Brasil - Clube empresa

1. Introdução 2. Crises no desporto 3. Desporto é negócio? 3.1. Mudança de Paradigma 4. Princípio da Especificidade 5. Conceitos Iniciais 5.1. Associações 5.2. Sociedades empresariais 5.3. Fundações 5.4. Transformação 5.5. Personalização 6. Clube e empresa 6.1. Profissionalização setorial 6.2. Cogestão ou parceria 6.3. Gerenciamento 7. Clube-empresa 7.1. Clube-empresa puro 7.2. Clube-empresa impuro 8. Lucro no Desporto 8.1. Conceito 8.2. Associação 8.3. Sociedade empresarial 8.4. Finalidade 9. Modelo Brasileiro 9.1. Origens do futebol 9.2. DL nº 3.199/1941 9.3. A falência do futebol brasileiro 9.4. Lei nº 6.251/1975 9.5. Lei Zico 9.6. Lei Pelé e modificações 9.7. Projetos de Lei 10. Modelos Estrangeiros 10.1. Modelo Inglês 10.2. Modelo Alemão 11. Sociedade Anônima.

Justiça desportiva - CBJD - Organização e estrutura do TJD e STJD

1. PRINCÍPIOS DO DIREITO DESPORTIVO

1.1 Conceito de princípios

1.2 A função dos princípios Conflito de princípios

1.4 Princípios constitucionais

1.5 Autonomia desportiva Destinação prioritária de recursos públicos

1.6 Tratamento diferenciado entre o desporto profissional e o não profissional

1.7 Esgotamento das instâncias da Justiça Desportiva

1.8 Princípios infraconstitucionais - Lei nº 9.615/98 (Lei Geral Sobre Desporto - Lei Pelé) 95 - Lei nº 10.672/0398 - Lei nº 10.671/03 (Estatuto do Torcedor), Decreto 7984/2013 (Regulamenta Lei Pelé) e CBJD - Justiça Desportiva

1.9 Legalidade

1.10 Moralidade e Espírito Desportivo (fair play)

1.11 Publicidade

1.12 Impessoalidade

1.13 Oficialidade

1.14 Devido Processo Legal, Contraditório e Ampla Defesa

1.15 Oralidade, Economia Processual e Celeridade

1.16 Motivação

1.17 Independência

1.18 Razoabilidade e Proporcionalidade

1.19 Tipicidade Desportiva

1.20 Prevalência, Continuidade e Estabilidade das Competições (pro competitione)

1.21 Olimpismo

1.22 Dopagem

1.23 Isonomia

2. JUSTIÇA DESPORTIVA CONVENCIONAL

- 2.1 Conceito de Justiça Desportiva
- 2.2 Natureza jurídica dos órgãos judicantes
- 2.3 A Justiça Desportiva e seu feixe de atribuições
- 2.4 Autonomia e independência da Justiça Desportiva
- 2.5 Decreto 7.984/2013 - Ordem e Justiça Desportiva
- 2.6 Códigos de Justiça Desportiva - aplicabilidade e abrangência
- 2.7 Justiça Desportiva Estatal
- 2.8 Jurisdição e territorialidade dos tribunais desportivos
- 2.9 Composição dos órgãos da Justiça Desportiva
- 2.10 Competência dos órgãos e membros da Justiça Desportiva
- 2.11 Competência das instâncias desportivas
- 2.12 Funções na Justiça Desportiva
- 2.13 Presidente e Vice-presidente dos órgãos judicantes
- 2.14 Auditores
- 2.15 Procuradoria da Justiça Desportiva
- 2.16 Defensores
- 2.17 Secretaria
- 2.18 Posse, mandato e antiguidade
- 2.19 Vacância
- 2.20 Incompatibilidade
- 2.21 Suspeição e impedimento
- 2.22 Livre acesso

Racismo, preconceito, abuso e assédio no esporte

Arbitragem e mediação no esporte

ARBITRAGEM; Cláusula arbitral; Recorribilidade; Anulabilidade; Escolha de árbitros; Requisitos de Cláusula Arbitral; ARBITRAGEM ESPORTIVA; CNRD – finalidade, regulamento e procedimentos; DRC FIFA – regulamento e procedimentos; TAS/CAS – criação, finalidade, regulamento e procedimentos

Organização jurídica do E-Sports

- 1 - Conceituação como modalidade de prática desportiva.; 2 - Aspectos sociais e mercadológicos.;
- 3 - Aspectos jurídicos; 3.1 - Legislações aplicáveis. ; 4 - O sistema dos e-sports em outros países.;
- 5 - Vantagens e desvantagens do reconhecimento desportivo.;
- 6 - O reconhecimento pelo sistema dos jogos olímpicos.; 7 - Estrutura federativa.

Introdução ao Estudo do Direito Desportivo e Legislação Desportiva

Introdução ao Direito Desportivo 1.1. Evolução histórica. 1.2. Fundamentos, fontes e princípios. 1.3. Sistema Desportivo 1.4. Lex Sportiva 1.5. Interdisciplinaridade. 1.6. Negócios do Esporte 1.7. Esportes no Mundo Corporativo. 1.8. Constitucionalização do Desporto. O artigo 217 da CRFB/1988; 1.9. Lei Geral do Desporto - Lei Pelé (Lei 9.615/1998);

10. Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003); 10.1. Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006).

Contratos Desportivos e Negócios do Esporte

1. Introdução aos Contratos;
 - 1.1. Função social, boa fé e dever de renegociação; resolução dos contratos (rescisão e resilição);
2. Contratos especiais no direito desportivo; transmissão de televisão; transmissão em novas mídias; contratos comerciais, marcas e licenciamentos;
3. Contrato Especial de Trabalho Desportivo, Contrato de Cessão de Uso de Imagem; Direito de Arena, Intermediação; jurisprudência
4. Contratos de transferência de atletas – transferência definitiva e temporária. Regras nacionais e internacionais;
5. Contratos de patrocínio e investimento. Contratos nas novas Arenas; naming rights, Locação de espaços e arenas; novas receitas contratações sócio torcedor;
6. Coronavírus, pandemia, calamidade pública, força maior, seguros e o novo normal do esporte;
7. Contratos esportivos no Mundo Corporativo.
8. Casos e cases. Sucesso e fracasso nos negócios e contratos esportivos.

O Combate à Dopagem e suas Implicações Legais

1. A dopagem no esporte
2. Contexto Histórico
3. Aspectos Legais
 - 3.1. WADA e Código Mundial Antidopagem
4. Aspectos Éticos Aplicados à Gestão Executiva
5. A Nova Lei Geral do Esporte frente a dopagem

Direitos do Espectador de Eventos Esportivos e a Nova Lei dos Esportes

1. Comportamento do Consumidor;
2. Teorias (Racionalidade Econômica, Comportamental, Psicanalítica, Cognitiva, Social/Antropológica);
3. Estímulos de Marketing (produto, preço, marca);
4. Motivação. Hierarquia das necessidades.;
5. Autoimagem e Estilo de Vida.;
6. Fatores que influenciam no processo de compra;
7. Satisfação do consumidor e o pós-compra;
8. Tendências do comportamento do consumidor.

Integridade e Governança no Esporte

- 1- Conceito de Compliance;
- 2- Evolução Legislativa do Compliance no Brasil e no mundo;
- 3 - Mecanismos atuais de combate à corrupção e lavagem de dinheiro;
- 4 - Integridade esportiva ("Sports Integrity") ;
- 5 - Corrupção e Lavagem de dinheiro no Futebol;
- 6 - Apostas esportivas ("Match Fixing");
- 7 - Fair Play Financeiro - Brasil, UEFA e FIFA

Lei de Incentivo ao Esporte – Projetos de Captação de Recursos

1. Definição de Leis de Incentivo Fiscal;
2. Principais Leis de Incentivo e sua aplicação no Esporte;
3. Lei de Incentivo ao Esporte – LIE;
- 3.1 Proponentes (entes públicos e privados);
- 3.2 Manifestações Esportivas;
- 3.3 Elaboração Estratégica do Projeto;
- 3.4 Fases de Análise dos Projetos de LIE;
- 3.5 Captação de Recursos;
- 3.6 Execução do projeto;
- 3.7 Prestação de contas;
4. Atividade prática de elaboração de elementos de um projeto esportivo

Direito do Trabalho Desportivo – Casos Práticos

Requisitos, Cases, sociedade anônima do futebol, composição

Nova Lei dos Esportes – Principais Mudanças

1. CONCEITO; 2. APOSTAS; 3. CONVENÇÃO DO CONSELHO DA EUROPA SOBRE A MANIPULAÇÃO DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS; 4. RISCOS DE ENVOLVIMENTO COM MANIPULAÇÃO DE RESULTADOS; 5. NORMAS APLICÁVEIS; 5.1. COI - Código do Movimento Olímpico; 5.2. Código Disciplinar da FIFA; 5.3 Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/03); 5.4 Código Brasileiro de Justiça Desportiva – CBJD; 5.5 Regulamentos de Competições; 5.6 Códigos de Ética; 6. ÓRGÃOS JUDICANTES E ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO; 7. MATRIZ E AVALIAÇÃO DE RISCOS; 8. ASPECTOS JURÍDICOS RELEVANTES – LEGE FERENDA; 9. PARTIDAS MANIPULADAS – FORMAS E MONITORAMENTO; 10. ESTUDO DE CASOS.

Ética

Analisar os problemas éticos atuais, privilegiando controvérsias relacionadas às atividades profissionais. Ao final, os alunos serão capazes de tomar decisões responsáveis e sustentáveis, de acordo com princípios éticos.